

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional

realização:

**CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**
Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000
Fone: (011) 62318555 r. 2044/2138 Fax.: 62325728
e-mail: comunica.rbma@uol.com.br
<http://www.rbma.org.br>

patrocínio:



apoio:



Caderno nº 29



A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

Afranio Farias de Menezes
Alberto Tenório Cavalcante
Paulo César Casado Auto

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária, 1ª ed./1994, 2ª ed./1997
- Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª ed./2000, 2ª ed./2004
- Cad. 28 - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1995, 2ª ed./1996
- Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1998, 2ª ed./2000
- Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004
- Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000
- Cad. 16 - Barra de Mamanguape, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999
- Cad. 15 - Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas, 1999
- Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1ª ed./2002, 2ª ed./2004
- Cad. 23 - Certificação Florestal, 2003
- Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação, 2003
- Cad. 27 - Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada, 2004

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia, 1998
- Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998
- Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998
- Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002
- Cad. 29 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil, 1998

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção, 2000
- Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil, 2002

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina, 2000

A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

Afranio Farias de Menezes
Alberto Tenório Cavalcante
Paulo César Casado Auto





Série: ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino e João L. R. Albuquerque

Revisão: João Lucílio Albuquerque

Projeto Gráfico: Elaine Regina dos Santos

Editoração: Marcia Barana

Colaboração: Dolores Biruel (ficha catalográfica)

Ficha Catalográfica:

Menezes, Afranio Farias de

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas / Afranio Farias de Menezes, Alberto Tenório Calvacante e Paulo César Casado Auto. – São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.

56 p. ; 21 cm . – (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série Estados e Regiões da RBMA, 29)

1. Mata Atlântica - Alagoas 2. Reserva da Biosfera – Alagoas. 3. Patrimônio ambiental. 4. Mata Atlântica – Brasil. 5. Unidades de Conservação . I – Afranio Farias de Menezes. II. Alberto Tenório Cavalcante III. Paulo César Casado Auto

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera:

Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas da Biosfera

02377-000 - São Paulo - SP - Brasil - Tel/Fax: 0xx11 62318555 r. 2044/2138

Endereço do Comitê da RBMA em Alagoas

Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 2197 Mutange - Maceió, Alagoas CEP

570017-320

Esta é uma publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica com patrocínio do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL, do IBAMA/Al e dos Postos Avançados Sítio do Pau Brasil da Usina Coruripe e RPPN da Fazenda Santa Tereza do Grupo João Lyra.

Impressão: Gráfica e Editora Poligraf

Tiragem: 4.000 exemplares

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento desde que citada a fonte.

Maceió
Novembro 2004

A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

Afranio Farias de Menezes

Alberto Tenório Cavalcante

Paulo César Casado Auto

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Ao jornalista Paulo R. Pedrosa,
pela sua pela sua luta de dé-
cadas em prol do Meio Ambi-
ente do Estado de Alagoas.

Este caderno é produto do trabalho que o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica desenvolve, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA/AL e demais parceiros, na busca constante pela preservação da natureza e principalmente do bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas neste Estado.



Paulo de Ramalho Pedrosa, nascido em 12 de janeiro de 1906 na cidade de Rio Largo, foi o primeiro ambientalista em nosso Estado. Desde menino, filho de família de poucas posses, dedicou-se à defesa do meio ambiente, combatendo, entre seus colegas de mesma idade, o uso de estilingue, a caça e apreensão de pássaros e outros pequenos animais. Aos oito anos já defendia a fauna e a flora do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba, em cujas margens foi criado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, já adulto e cheio de sonhos por uma vida harmônica e em equilíbrio com a natureza, observando que, devido ao assoreamento da barra do complexo lagunar, estava ocorrendo uma queda de produção do pescado devido a diminuição de salinidade, convenceu o comandante militar em Alagoas a emprestá-lo 50 soldados do exército e juntos realizaram, no braço, a primeira “ dragagem “ da lagoa, abrindo um canal de 300 metros de comprimento por 10 de largura, possibilitando deste modo a renovação das águas e a volta da fartura de pescado à mesa dos ribeirinhos.

Mais tarde abraçou a política, tornando-se vereador de Maceió. Como Edil apresentou vários Projetos de Lei visando a preservação da Mata Atlântica, então existente nas periferias da Capital. É de sua autoria a primeira lei, em todo o Nordeste, que obrigava a cidade a ter um sistema de esgotamento sanitário fechado.

Paulo Pedrosa, pelo que você fez pelo meio ambiente alagoano o nosso agradecimento.

Afranio Menezes
Coordenador do CE-RBMA-AL

SUMÁRIO:

	Pág.
Apresentação	09
1. A Mata Atlântica no Estado de Alagoas	11
2. A implantação da Reserva da Biosfera em Alagoas	13
2.1. A abrangência da RBMA em Alagoas	13
2.2. Sistema de gestão	16
2.3. Áreas piloto	17
2.4. Postos avançados	18
2.5. Zoneamento	19
2.6 Programas, projetos e ações em andamento no âmbito da RBMA em Alagoas para implantação da RBMA.	20
3. Patrimônio ambiental abrangido pela RBMA	22
4. Unidades de Conservação	23
Textos	55
Fotos	55
Bibliografia	56



APRESENTAÇÃO

A edição deste Caderno vem coroar o trabalho que o Comitê Estadual de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica vem desenvolvendo em nosso Estado, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL e demais parceiros, na busca constante pela preservação da natureza e principalmente do bioma mata atlântica e seus ecossistemas em Alagoas.

Graças a participação dos membros do CE-RBMA-AL foi possível a adoção de diversas medidas em prol da defesa ambiental, assim é que com o estímulo do Comitê, diversas usinas e destilarias em nosso estado, buscaram a melhoria de sua funcionalidade, enquadrando-se nos três princípios básicos que norteiam os fundamentos do programa MaB da Unesco, para a preservação dos ecossistemas patrimônios da humanidade.

Treze das vinte e sete usinas instaladas em Alagoas firmaram Termo de Ajustamento de conduta – TAC com o Órgão gestor da Política Ambiental do Estado (o IMA/AL) e destas, pelo menos oito estão montando programas de Proteção da Biodiversidade, do Desenvolvimento Sustentável e do Conhecimento Científico.

Alagoas orgulha-se de fazer parte efetiva, do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e de contar com a participação de Afranio Menezes no seu Bureau Diretivo e ainda, de colocar o Instituto, que dirijo com muita honra à disposição de quantos lutam pela Mata Atlântica Brasileira.

Sandra Menezes
Presidente do IMA/AL



CAPÍTULO 1 - A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

A Mata Atlântica do Estado de Alagoas sofreu ao longo de 500 anos de colonização e ocupação, um processo gradativo de exploração desordenada e degradante. Essa ocupação deu-se através do litoral norte com a exploração da cana de açúcar e, do litoral sul com a subida do Rio São Francisco, tendo se desenvolvido alguns sítios com a formação de Engenhos de Bangüê.

O processo de degradação da Mata Atlântica iniciou-se com a retirada indiscriminada do Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*) e de outras madeiras de lei. Teve continuidade com a chegada do ciclo da cana-de-açúcar e a conseqüente implantação dos engenhos de açúcar. Com o processo de modernização, esses engenhos foram se transformando na agroindústria açucareira, com suas grandes usinas, promovendo-se uma rápida expansão das fronteiras agrícolas associada ao crescimento dos centros urbanos, resultando numa contínua redução na cobertura vegetal da área original.

Em decorrência deste modelo de ocupação verifica-se, entre os impactos causados, a ocorrência de fragmentos florestais isolados e poucas áreas remanescentes dispostas de forma expressiva e contínua. Suas características estão representadas pelas formações de floresta ombrófila densa e aberta, floresta estacional semidecidual e decidual em vários estágios de sucessão, além de encraves, ecótonos e formações florísticas associadas como manguezais e florestas perenifólias de restinga e de várzea.

A redução e fragmentação devido ao aumento das áreas agrícolas e de outras ações antrópicas, em menor escala, ainda persistem.



Atualmente, são 61 os Municípios que apresentam vegetação da Mata Atlântica, sendo hoje as ameaças vinculadas entre outros fatores a:

- a) falta de condições para a manutenção das Unidades de Conservação já existentes;
- b) deficiência operacional dos órgãos governamentais, tanto na esfera Federal, quanto na Estadual, sem considerar que no âmbito dos municípios esta operacionalidade inexistente;
- c) falta de compromisso com a preservação da natureza por parte da grande maioria dos empresários do setor agropecuário.

O Estado, embora seja considerado como o mais rico solo do nordeste brasileiro, é muito pobre, apresentando os piores índices de IDH do País. Neste contexto destaca-se a periferia da Capital, fruto de um intenso êxodo rural e as periferias das cidades mais desenvolvidas como Arapiraca, São Miguel dos Campos, Penedo, União dos Palmares, Viçosa, Maragogi, dentre outras.

Estima-se que, nos primórdios da nossa colonização a área com cobertura vegetal típica da mata atlântica atingisse algo em torno de 17 % do território alagoano, cerca de 34.000 Km². Atualmente, devido a todos os fatores anteriormente descritos, estima-se que este número não passe de 4,5 % ou 3.040 Km².

CAPÍTULO 2 - A IMPLANTAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA EM ALAGOAS

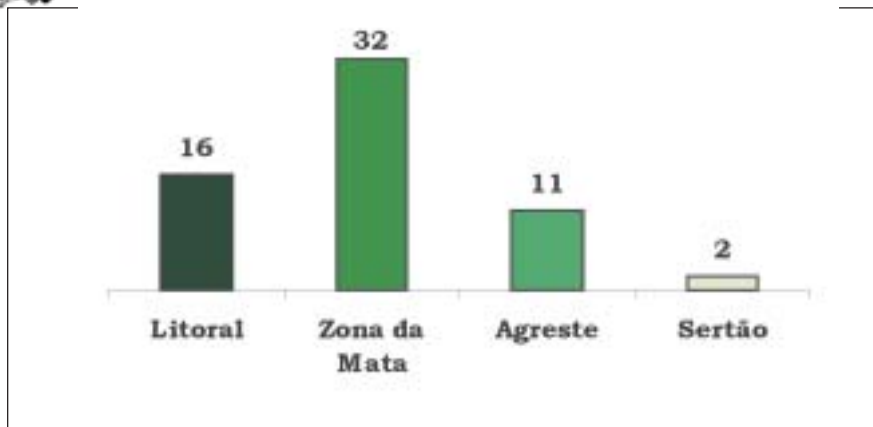
O processo de criação da RBMA no Estado de Alagoas foi desencadeado com o movimento capitaneado pela Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE, que buscava a inclusão das áreas remanescentes de mata atlântica dos estados nordestinos no contexto do reconhecimento, por parte da UNESCO, como reserva da biosfera. Isto se deu entre o fim da década de 80 e o início da década de 90, tendo finalmente sua consolidação sido efetivada no final de 1992, quando os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará aderiram ao Consórcio Mata Atlântica e em 1993 quando a UNESCO incorpora esta nova área na já reconhecida Reserva da Biosfera, que passa a ter sua área territorial estendendo-se do Rio Grande do Sul ao Ceará.

2.1 A Abrangência da RBMA em Alagoas

A área da RBMA no Estado de Alagoas coincide com a área definida como de abrangência da Mata Atlântica, incluindo toda a zona da mata e do litoral com ocorrência de florestas ombrófilas e ecossistemas associados até o agreste, composto de florestas estacionais, encraves e áreas de transição/ecótonos.

A RBMA no Estado, abrange a baixada litorânea, os baixos platôs costeiros (tabuleiros) e superfícies similares. A topografia é a do modelado cristalino na zona da mata e parte do agreste e, os contrafortes da Serra da Borborema, exibindo paisagens de significativa beleza cênica.

O gráfico a seguir quantifica as inserções das áreas da Mata Atlântica em relação às diversas regiões do Estado.



A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Alagoas se encontra entre as coordenadas geográficas: 10° 30' S e 35° 00' S e 35° 00' W e 38° 00' W.

O quadro a seguir identifica os municípios que integram a RBMA no estado e suas respectivas áreas.

Quadro nº 1 - Relação dos municípios que integram a RBMA em Alagoas. Ano 2001.

MUNICÍPIOS	ÁREAS *	MUNICÍPIOS	ÁREAS *
Anadia	273	Atalaia	534
Barra de Santo Antônio	187	Barra de São Miguel	55
Boca da Mata	266	Branquinha	155
Cajueiro	136,7	Campestre	150
Campo Alegre	268	Campo Grande	141

Capela	291	Chã Preta	149
Colônia de Leopoldina	314	Coqueiro Seco	40
Coruripe	815	Feliz Deserto	174
Flexeiras	539	Ibateguara	314
Igreja Nova	462	Jacuípe	219,9
Japaratinga	90	Jequiá da Praia	...
Joaquim Gomes	448	Jundiá	131
Junqueiro	353	Limoeiro de Anadia	349
MACEIÓ	508	Mar Vermelho	114
Maragogi	335	Marechal Deodoro	363,3
Maribondo	244	Matriz de Camaragibe	253
Messias	105	Murici	488
Novo Lino	233	Olho D'Água Grande	175
Paripueira	94,1	Passo de Camaragibe	169
Paulo Jacinto	114	Penedo	141
Piaçabuçu	242,9	Pilar	221,6
Pindoba	212	Porto Calvo	335
Porto de Pedras	189	Quebrangulo	343
Rio Largo	310,6	Roteiro	93
Santa Luzia do Norte	32	Santana do Mundaú	291
São José da Laje	299	São Miguel dos Campos	537
São Luiz do Quitunde	194	São Miguel dos Milagres	78



São Sebastião	307	Satuba	47
Teotônio Vilela	303	União dos Palmares	426
Viçosa	309,3	União dos Palmares	426
Canapí **	613	Mata Grande **	253

* Área dos municípios em Km².

** Municípios do Sertão Alagoano com incidência de Brejos de Altitude.

Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2.2 - Sistema de gestão

A gestão da RBMA, no âmbito de cada estado, é feita mediante a instalação de comitês de gestão que integram entidades governamentais e não-governamentais.

Os Comitês têm a finalidade de assegurar e coordenar a implantação da Reserva em cada Estado, dentro dos princípios delineados pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CNRBMA.

Os Comitês Estaduais da RBMA funcionam como instâncias de apoio e articulação entre os órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais), as organizações não-governamentais (ambientalistas e sociais), a comunidade científica (universidades, pesquisadores), moradores locais (especialmente as comunidades tradicionais) e empresários conservacionistas, em cada Estado abrangido pela Reserva.

Assim, em 22 de outubro de 1993, por meio da Portaria Governamental nº 494/93 foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Alagoana - CE-RBMA-AL. Inicialmente composto de 07 (sete) membros, atualmente o COMITÊ conta com 14 membros efetivos e seus respectivos suplentes, distribuídos de forma paritária entre

órgãos governamentais e não governamentais, reunindo-se normalmente a cada dois meses. São membros atuais do Comitê:

Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA/AL
 Instituto de Terras de Alagoas - ITERAL
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Universidade Federal de Alagoas - UFAL
 Batalhão de Polícia Florestal - BPA
 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca - SEAPE
 Zoobotânica 7 Cores - ZOO 7 CORES
 Associação dos Municípios de Alagoas - AMA
 Movimento pela Vida - MOVIDA
 Instituto de Preservação da Mata Atlântica - IPMA
 Instituto de Pesquisa e Preservação Ambiental - IPPA
 Círculo dos Amigos da Natureza de Alagoas - CANAL
 Representante das RPPN's de Alagoas.

2.3 - Áreas piloto

Áreas Piloto são áreas selecionadas (Estaduais ou Interestaduais) para que sejam desenvolvidos projetos-modelo que propiciem o aprendizado e demonstração na prática, dos conceitos e funções da RBMA. Propiciam a implantação da RBMA por meio de ações regionais. As Áreas piloto devem incluir zona(s) núcleo(s), de amortecimento e transição.

Alagoas tem duas áreas piloto já homologadas:

- Área Piloto de Murici
- Área Piloto de Quebrangulo

A Área Piloto de Murici está localizada na região da mata alagoana e incorpora os Municípios de Murici, União dos



Palmares, Branquinha, São José da Lage e Ibateguara, totalmente no território alagoano.

A Área Piloto de Quebrangulo também está localizada na região da mata alagoana porém, parte desta está no vizinho Estado de Pernambuco. Em Alagoas, estão os Municípios de Quebrangulo, Chã Preta, Viçosa e Paulo Jacinto.

Estas duas áreas foram selecionadas desde as primeiras discussões, ainda em 1990, e que facultou o acesso de Alagoas no Consórcio Mata Atlântica, devido ao estado de conservação das matas, a extensão das áreas, e sua importância como corredor ecológico ligando as matas de Alagoas e Pernambuco.

Nesta área existe duas Unidades de Conservação Federal – Reserva Biológica de Pedra Talhada e Estação Ecológica de Murici e outra Estadual – Área de Proteção Ambiental de Murici, além do Sítio Arqueológico da Serra da Barriga, reduto de Zumbi dos Palmares.

As prefeituras locais em consonância com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, estão criando Órgãos de Meio Ambiente na esfera municipal (Secretarias, Departamentos ou Setores) cujos funcionários estão sendo capacitados pelo IMA/AL.

O Comitê está preparando a documentação necessária para submeter à apreciação e homologação, duas novas áreas, Pau-brasil e Serra Grande, ambas com mais de 4.000 hectares de matas nativas em excelente estado de conservação.

2.4 - Postos Avançados

Os Postos Avançados da RBMA são centros de divulgação e informação das idéias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos na Reserva. Para que uma instituição seja

reconhecida como Posto Avançado da RBMA, é necessário que seus responsáveis desenvolvam regularmente pelo menos duas das três funções básicas da Reserva que são: a proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e o conhecimento científico.

O Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CE-RBMA-AL, após análise da documentação apresentada, aprovou a indicação de uma área do Estado, na Usina Coruripe, como Posto Avançado.

Nesta área estão localizadas duas RPPN's da Usina Coruripe, na região sul da mata alagoana e destaca-se pela grande concentração de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e pau-falha (*Aspidosperma sp*) em estado natural ainda existente. A Usina vem estimulando a pesquisa científica nas suas matas, tendo firmado convênio com a EMBRAPA e facultado o acesso dos seus pesquisadores. A proteção da biodiversidade local é assegurada pela contratação própria de guardas-campo e convênio com o BPA e, o desenvolvimento sustentável vem sendo garantido pela produção de mudas e o seu plantio além de estímulo ao artesanato local com palhas do ouricuri (*Syagrus coronata*) e do licuri (*Syagrus shizophilla*). Hoje está consolidado o Posto Avançado “Sítio do Pau-brasil”, cuja homologação deu-se na 11ª Reunião do Conselho em Santa Catarina.

Por outro lado, em reunião do CERBIOMA realizada em 17 de setembro de 2002, os membros do Comitê aprovaram a indicação do Santuário de Santa Tereza, do Grupo João Lyra para ser reconhecido como Posto Avançado, tendo sido homologado na reunião de abril de 2003.

2.5 - Zoneamento

O zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi concebido atendendo o que preconiza o programa *Man and Biosphere* – MaB – UNESCO para essas áreas. Seguindo



essas diretrizes, são três as zonas para o uso e a ocupação do solo da área da RBMA.

Com base nestes preceitos é que foi definido o zoneamento da Reserva de Alagoas que apresenta duas zonas núcleos bem definidas, localizadas nas matas de Murici e de Pedra Talhada onde existem três unidades de conservação instaladas. As zonas tampão destas áreas estão definidas como algo em torno de 05 quilômetros das zonas núcleos e, as zonas de transição envolvem as comunidades do entorno das matas secundárias, com menor ou maior grau de antropização.

2.6 - Programas, projetos e ações em andamento no âmbito da RBMA em Alagoas para implantação da RBMA.

O Comitê Estadual de Alagoas – CE-RBMA-AL, vem desenvolvendo diversas atividades no sentido de assegurar a implantação da RBMA no Estado. Além das reuniões dos membros do Comitê, este adotou a prática de realizar visitas técnicas de campo, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento das atividades conservacionistas que vêm sendo praticadas pelas usinas e empresas potencialmente poluidoras.

Como resultado dessas visitas, o CE-RBMA-AL aprovou a indicação do Posto Avançado Pau-Brasil da Usina Coruripe, cuja homologação se deu durante a realização da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e aprovou também a indicação da RPPN da Santa Tereza do Grupo João Lyra.

Outra atividade que o Comitê tem desenvolvido é, estimular os proprietários de áreas de mata em estado de conservação para transformá-las em RPPN. Neste caso, estão em tramitação ou em fase de solicitação junto ao IBAMA, a criação de cerca 30 RPPN's.

O Comitê trabalha ainda, com educação ambiental, por meio de palestras e mini cursos que são ministrados pelos seus membros entre as comunidades das áreas de interesse ecológico, em parceria com as usinas de açúcar. Finalmente, o Comitê tem estimulado o reflorestamento de áreas degradadas, em trabalho desenvolvido em parceria com o IPMA, ONG membro do CE-RBMA-AL. Nessa atividade, o IPMA já produziu e plantou cerca de 1.500.000 mudas de espécies nativas da mata atlântica no Estado.



CAPÍTULO 3 - PATRIMÔNIO AMBIENTAL ABRANGIDO PELA RBMA

A área da RBMA em Alagoas, abriga diversos ecossistemas, estando presentes estuários, lagoas, matas, manguezais, rios, várzeas, restingas e outros.

Apesar de ser um estado territorialmente pequeno, possui uma diversificação muito grande e com uma variedade de vegetação, repetição das grandes formações que ocorrem no país.

O patrimônio florístico das matas inclui muitas espécies de alto valor ecológico, econômico e social, como o Pau-brasil, Pau de Jangada, Sapucaia, Barbatimão, Pau-falha, entre outras.

No que se refere ao patrimônio faunístico a caça predatória e os constantes desmatamentos ocorridos em tempos recentes, levaram à extinção de muitas espécies, sobretudo de mamíferos. Entretanto e apesar disso, ainda é muito rica a nossa fauna, destacando-se espécies raras e endêmicas como o Sete Cores, Ferreiro, Macuco e outras, incluídas na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção.

A RBMA do Estado registra ainda a ocorrência de cavernas em várias regiões, sobretudo na ARIE de Murici. Buraco do Cão, Buraco do Negrinho e Toca da Raposa são algumas das mais conhecidas e visitadas.

Integrando o patrimônio cultural evidencia-se o Monumento Nacional da Serra da Barriga, onde se localiza o sítio histórico do Quilombo dos Palmares, tombado por Decreto Federal da Presidência da República.

CAPÍTULO 4 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

São vinte e quatro as Unidades de Conservação inseridas na área de abrangência da Mata Atlântica do Estado de Alagoas:

Destacam-se como áreas de proteção dos mananciais a APA Santa Rita e a R.E. Saco da Pedra na área do complexo lagunar, APA do Catolé e APA Pratagy que protegem os mananciais dos rios de mesmo nome e que abastecem a Capital do Estado, R.E. Lagoa do Roteiro e a APA Marituba do Peixe, todas unidades estaduais e, ReBio Pedra Talhada de domínio federal.

FEDERAIS

- 02 Áreas de Proteção Ambiental – APA
- 02 Estações Ecológicas
- 01 Reserva Biológica
- 01 Área de Proteção Permanente – APP
- 01 Reserva Extrativista

ESTADUAIS

- 05 Áreas de Proteção Ambiental – APA
- 02 Reservas Ecológicas

MUNICIPAIS

- 03 Unidades Municipais

PARTICULARES

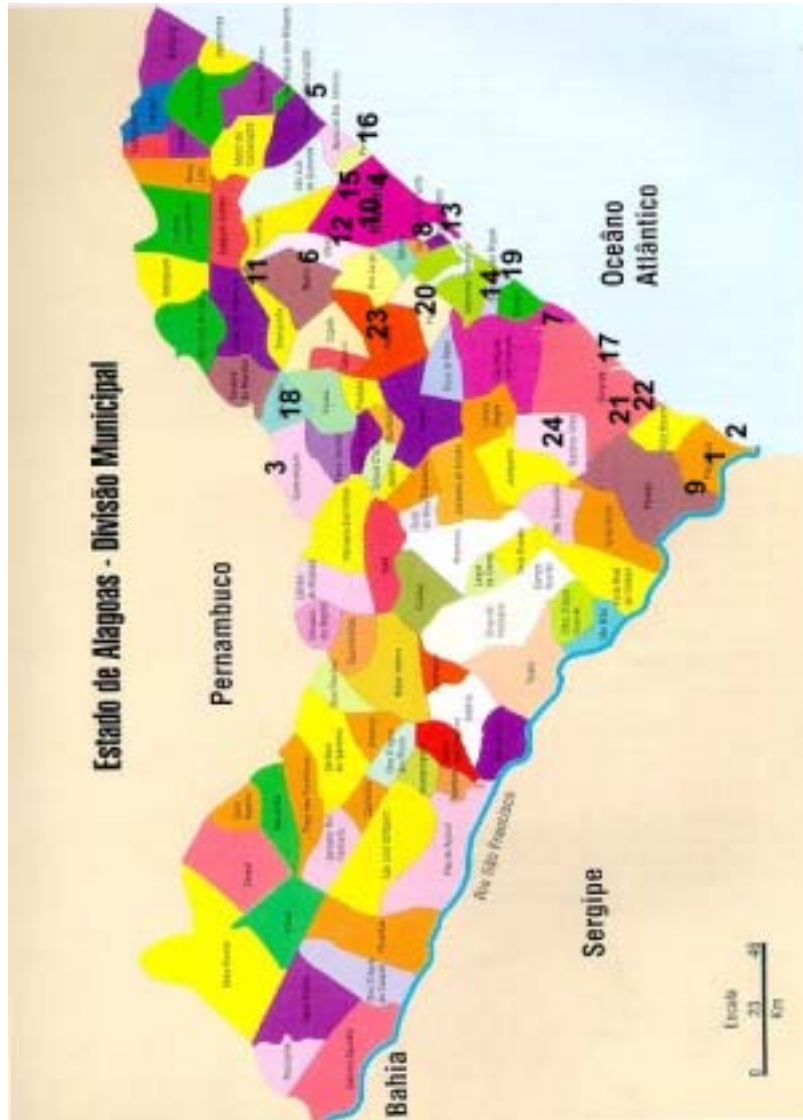
- 07 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN



Quadro resumo das Unidades de Conservação em Alagoas.

NOME DA UC	ESFERA	ATO DE CRIAÇÃO	DATA	LOCAL	ÁREA ha
ReBio Pedra Talhada	Federal	Decreto nº 98.542	13.12.89	Quebrangulo	4.469
APA Piaçabuçu	Federal	Decreto nº 88.421	21.06.83	Piaçabuçu	8.600
Est. Ecol. Praia do Peba	Federal	Decreto nº 88.421	21.06.83	Foz São Francisco	280
APP do IBAMA	Federal	Decreto nº 1.709	20.11.95	Maceió	55
APA Costa dos Corais	Federal	Decreto s/n	23.10.97	Litoral AL/PE	413.563
Estação Ecológica de Murici	Federal	Decreto Federal s/n	28.05.01	Murici	6.116
RESEX de Jequiá da Praia	Federal	Decreto s/n	27.09.01	Jequiá da Praia	10.203
APA de Santa Rita	Estadual	Lei 4.607	19.12.84	Maceió/Marechal	10.230
APA da Marituba do Peixe	Estadual	Decreto nº 35.858	04.03.88	Penedo/Piaçabuçu	8.600
APA do Catolé	Estadual	Lei nº5.347	27.05.92	Maceió/Satuba	5.415
APA de Murici	Estadual	Lei nº5.907	14.03.97	Murici/União dos Palmares/São José da Lage/Ibateguara	116.100
APA Pratagy	Estadual	Decreto nº 37.589	05.06.98	Messias/Rio Largo	13.369

R.E. Saco da Pedra	Estadual	Decreto nº 6.274	05.06.85	Marechal Deodoro	5
R.E. Lagoa do Roteiro	Estadual	Decreto nº 32.355	03.06.87	Roteiro/Barra do São Miguel	742
ParqueMun. de Maceió	Municipal	Lei nº 2.541	27.06.78	Maceió	82
Parque Mun. Mar. Paripueira	Municipal	Lei nº 12/93	06.93	Paripueira	3.200
APA Municipal do Poxim	Municipal	Lei nº 928	12.12.02	Coruripe	400
RPPN Fazenda Vera Cruz	Particular	Portaria nº 068/92	25.07.92	Chã Preta	115
RPPN Fazenda Rosa do Sol	Particular	Portaria nº 119/94	01.11.94	Barra de São Miguel	50
RPPN Fazenda São Pedro	Particular	Portaria nº 012/95	08.02.95	Pilar	50
RPPN Fazenda Lula Lobo	Particular	Portaria nº 111/01	03.09.01	Coruripe	68,6
RPPN Fazenda Pereira	Particular	Portaria 113/01	03.09.01	Coruripe	290
RPPN Fazenda Stª Tereza	Particular	Portaria 120/01	03.09.01	Atalaia	130
RPPN Reserva do Gulandim	Particular	Portaria 098/01	03.09.01	Teotônio Vilela	41



A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MURICI

A Estação Ecológica de Murici, unidade de conservação federal foi criada por meio do Decreto Federal S/N, datado de 28.05.01, ocupa uma área de 6.116 hectares, com abrangência nos Municípios de Murici e Messias.

Numa parceria inédita, da qual participaram o IBAMA, o IMA/AL, o CNRBMA, a Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE, a Birdlife, a WWF, o Instituto Murici, o Instituto Viva Flor, o Fórum de Defesa Ambiental - FDA, o Movimento pela Vida – MOVIDA, a Prefeitura de Murici, a Prefeitura de Messias, o Instituto de Terras de Alagoas – ITERAL, o INCRA, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, o Batalhão de Polícia Ambiental, a Polícia Rodoviária Federal e Representantes de Moradores, foi realizada, em três etapas, uma oficina de planejamento, com o objetivo de implementar um Plano de Ação para a ESEC.

A 1ª etapa – Leitura da Realidade, foi realizada nos dias 18 e 19 de dezembro de 2001, a 2ª - A Visão do Futuro, nos dias 10 e 11 de janeiro e a 3ª - Estratégia de Ação, nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2002.

Após a realização das três etapas da oficina de planejamento, um Plano de Ação e o Regulamento da estação foram elaborados e encaminhados para a sede do IBAMA em Brasília para publicação.

Finalmente, foi eleito e empossado o Comitê Gestor, composto de doze membros, de forma paritária e representando o IBAMA, IMA, Prefeitura de Murici, Prefeitura de Messias, Instituto Murici, Instituto Viva Flor, Representantes de Moradores, Batalhão de Polícia Ambiental, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Pequenos e Micro Empresários e SNE. Recentemente foi firmado o Pacto de



Murici com a participação de oito entidades nacionais e internacionais.

O POSTO AVANÇADO SÍTIO DO PAU-BRASIL

O Posto Avançado Sítio do Pau-Brasil da Usina Coruripe foi reconhecido em outubro de 2001 na reunião anual do CN-RBMA. Neste período o Posto recebeu a visita de cerca de 5.000 alunos da rede pública e privada do Município de Coruripe e de outros, que tiveram oportunidade de observar a maior concentração de Pau Brasil nativo do País. Estes alunos, após a visita de campo, tiveram a oportunidade de receber orientação sobre a importância do ecossistema e da necessidade de se preservar o meio ambiente.

O Posto implantou cerca de 600 hectares de cultura de Ouricuri, Dendê, Cambuí e Pau de Jangada com a finalidade de estimular o artesanato local (desenvolvimento sustentável) e, com isso diminuir as pressões sobre a mata nativa. Este programa está sendo desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Coruripe, que selecionou e cadastrou os artesãos locais.

O Posto patrocinou os estudos de tese de três mestrandos da Universidade Federal de Alagoas, cobrindo todas as despesas, inclusive de alimentação e hospedagem.

Na área de Proteção da Biodiversidade o Posto já executou o plantio de 90.000 mudas de espécies nativas em terras da Usina, com a finalidade de formar corredores ecológicos entre suas matas remanescentes. Duas de suas áreas já foram transformadas em Reservas Particulares (RPPN's) e o programa terá continuidade, até que todas as matas nativas estejam interligadas. Ao todo serão cerca de 7.000 hectares de matas contínuas e mais ou menos 4.000 em áreas de encostas, de onde estão sendo substituídos os

plantios de cana-de-açúcar por matas com as finalidades de recuperação da cobertura vegetal, de proteção dos mananciais hídricos e de uso sustentado.

POSTO AVANÇADO RPPN DE SANTA TEREZA DO GRUPO JOÃO LYRA

O Posto Avançado da RPPN de Santa Tereza foi reconhecido em abril de 2003 na reunião anual do CN-RBMA. Sua sede fica na Fazenda Santa Tereza no Município de Atalaia e mantém duas outras bases de operação. A primeira na Lagoa do Pastor em terras da Usina Guaxuma, no Município de Coruripe e a outra nas terras da Usina Laginha, no Município de União dos Palmares.

Desde o ano de 2001 desenvolvem ações voltadas para a educação ambiental das comunidades dos entornos, já tendo recebido cerca de 4.500 alunos da rede escolar que em visitas programadas, recebem aulas sobre temas ambientais e conhecem os diversos projetos de preservação da flora e fauna alagoana.

O Posto implantou um programa de estímulo ao artesanato local (desenvolvimento sustentável) com o aproveitamento da palha da bananeira e da folha da tabua visando com isso diminuir as pressões sobre a mata nativa. Este programa está sendo desenvolvido em parceria com as Prefeituras locais.

Na área de Proteção da Biodiversidade o Posto já executou o plantio de 120.000 mudas de espécies nativas em terras da Usina, com a finalidade de formar corredores ecológicos entre suas matas remanescentes. Uma de suas áreas já foi transformada em Reservas Particulares (RPPN's) e o programa terá continuidade, até que todas as matas nativas estejam interligadas. Ao todo serão cerca de 5.000 hectares



de matas contínuas e mais ou menos 5.000 em áreas de encostas, de onde estão sendo substituídos os plantios de cana-de-açúcar por matas com as finalidades de recuperação da cobertura vegetal, de proteção dos mananciais hídricos e de uso sustentado.

ZONAS DE AMORTECIMENTO

No Estado de Alagoas, existem atualmente vinte e seis áreas de proteção ambiental que são consideradas Zonas de Amortecimento das Áreas Pilotos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado.

São sete unidades de conservação de competência Federal, sete de competência Estadual, três de competência dos municípios.

Existem, ainda, sete Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs homologadas e dois Postos Avançados da RBMA.

Estão protocoladas junto ao IBAMA e em fase final do processo de homologação mais vinte e cinco RPPN's todas na área de influência do bioma Mata Atlântica.

Há que se observar que, com a homologação destas áreas, o Estado de Alagoas, proporcionalmente, terá a maior área protegida da Mata Atlântica em todo o Brasil.

1. APA DE PIAÇABUÇU

A Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu é uma Unidade de Conservação do Grupo de Unidades de Uso Sustentável, de domínio federal e tem como objetivo a proteção dos quelônios marinhos, aves praieras e a fixação de dunas. É destinada a compatibilizar a atividade humana com a preservação da vida silvestre e a proteção dos recursos naturais.

A unidade foi criada em 21 de junho de 1983 por meio do Decreto Federal nº 88.421, está localizada no Município de Piaçabuçu e tem uma área total de 18.800 ha.

Nesta área existe a comunidade do Pixaim, formada por negros descendentes de escravos e que vivem do extrativismo local.

Coordenadas Geográficas: 09°26'05" S e 36°23'10" W





2. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA PRAIA DO PEBA

Unidade de Conservação do Grupo de Unidades de Proteção Integral, a Estação Ecológica da Praia do Peba tem como objetivo a preservação da biota existente dentro dos seus limites e a realização de pesquisas científicas, sendo de posse e domínio públicos.

A unidade foi “criada” em 21 de junho de 1983 por meio do Decreto Federal nº 88.421 da APA de Piaçabuçu e está inserida na abrangência da mesma com uma área total de 278 ha.

Seus limites estão definidos pela portaria nº 81 de 11 de junho de 1986.

Coordenadas Geográficas: 10°29'32" S e 36°23'00" W



3. RESERVA BIOLÓGICA DE PEDRA TALHADA

A Reserva Biológica de Pedra Talhada é uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral criada pelo Decreto Federal nº 98.542 de 13 de dezembro de 1989, tem sua localização nos Municípios de Quebrangulo em Alagoas e Lagoa do Ouro em Pernambuco, com uma área total de 4.469 ha, e tem como objetivo proteger amostras do ecossistema da mata atlântica, destinada a preservar a diversidade biológica em seu estado natural para estudos científicos e educativos.

Sua situação fundiária ainda não está consolidada e muitas famílias permanecem residindo dentro da área da reserva, uma vez que até hoje não foi concluída a desapropriação das glebas de antigos moradores.

Coordenadas Geográficas: 09°15'00" S e 36°36'07" W





4. APP DO IBAMA

Criada em 20 de novembro de 1995 por meio do Decreto Federal nº 1.709, foi declarada com área de preservação permanente à vegetação existente, sujeitando-se ao disposto no artigo 3º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.

Trata-se de uma área urbana de 55 hectares onde está localizada a sede regional do IBAMA na Cidade de Maceió e constitui-se uma das mais importantes áreas verdes da cidade, com significativa amostragem da mata atlântica e bosque de espécies nativas e exóticas de alto valor ecológico e florestal.

Coordenadas Geográficas: 09°38'85" S e 36°43'48" W



5. APA COSTA DOS CORAIS

A APA Costa dos Corais criada por meio do Decreto Federal S/N de 23 de outubro de 1997 em área 413.563 ha é a maior Unidade de Conservação do Estado de Alagoas e a maior unidade federal marinha do País. Esta unidade abrange todo o litoral norte do Estado de Alagoas, formado por nove municípios e mais quatro municípios do litoral sul de Pernambuco.

A APA foi criada, com a finalidade principal de ordenar o uso do solo da região, o ecoturismo, o turismo cultural e científico e garantir a preservação da faixa coralígena (segunda maior do planeta) a de arenito e assegurar a sobrevivência do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), incidente nesta área.

Coordenadas Geográficas: 09°18'79" S e 35°25'18" W





6. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MURICI

A Estação Ecológica de Murici, Unidade de Conservação federal foi criada por meio do Decreto Federal S/N, datado de 28 de maio de 2001, ocupa uma área de 6.116 hectares, com abrangência nos Municípios de Murici e Messias.

Considerada como a mais importante área de Mata Atlântica ao norte do Rio São Francisco, sofre a ação permanente de degradação por parte dos proprietários remanescentes, uma vez que a área ainda não foi desapropriada.

Recentemente foi assinado o “Pacto de Murici” que visa a preservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica no nordeste com a participação do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Fundação SOS Mata Atlântica, Sociedade Nordestina de Ecologia, Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais do Nordeste, Conservação Internacional, Birdlife International, The Nature Conservancy e WWF-Brasil.

Coordenadas Geográficas: 09°17'48" S e 36°57'03" W



7. RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá foi criada em 27 de setembro de 2001 por meio do Decreto Federal S/N, visando assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. Abrange uma área de cerca de 10.203 ha no Município de Jequiá da Praia, sendo parte em terras de manguezais no rio e lagoa do Jequiá e parte em águas territoriais, visando manter o potencial pesqueiro de acordo com o Contrato de Concessão Real, de uso gratuito, a ser formalizado com a comunidade tradicional dos pescadores locais.

Coordenadas Geográficas: 09°58'48" S e 36°02'53" W





8. APA DE SANTA RITA

Criada em 19 de dezembro de 1984, a APA de Santa Rita foi a primeira unidade de conservação estadual em Alagoas. Seu ato de criação foi a Lei Estadual nº 4.607 e abrange um espaço físico de 10.230 ha.

Devido a sua beleza cênica, excelência das praias e sua proximidade com a Capital, apenas cinco quilômetros, as regiões da Barra Nova e Massagueira são as mais antropizadas e agredidas de todas as Unidades de Conservação do Estado.

O Plano de Manejo da APA de Santa Rita está em fase final de aprovação pelo CEPRAM e o seu Comitê Gestor está em fase de implantação, já tendo sido escolhidos os seus membros.

Coordenadas Geográficas: 09°37'30" S e 35°49'00" W



9. APA DA MARITUBA DO PEIXE

A APA da Marituba do Peixe foi criada em 04 de março de 1988. Seu ato de criação foi o Decreto Estadual nº 35.858 e abrange todas as várzeas, cordões arenosos e demais ambientes naturais de uma área de 8.600 ha.

No entorno de sua área estão instaladas duas usinas de cana-de-açúcar e um projeto de irrigação da CODEVASF. Isso torna a pressão sobre a unidade muito grande, além de potencializar o risco de ocorrência de acidentes ambientais, necessitando assim, da participação efetiva dos órgãos fiscalizadores.

A área da APA da Marituba do Peixe está localizada na Várzea da Marituba, conhecida como o Pantanal Alagoano devido à ocorrência de enchentes anuais provocadas pelos rios Piauí, Perucaba, Marituba e Camondongo.

Coordenadas Geográficas: 10°11'00" S e 36°18'08" W





10. APA DO CATOLÉ E FERNÃO VELHO

A APA do Catolé foi criada pela Lei Estadual nº 5.347 de 27 de maio de 1992, com a finalidade principal de preservar o manancial do Rio Catolé, até então o maior contribuinte para o abastecimento de água para a Capital do Estado e do riacho da Aviação.

A APA está inserida nos Municípios de Maceió e Satuba e agrega uma área de 5.415 ha, boa parte já urbanizada.

No seu interior está instalada a sede do Batalhão de Polícia Ambiental, o que reduz a possibilidade de atividades clandestinas e degradadoras do ambiente.

Coordenadas Geográficas: 09°18'00" S e 35°34'00" W



11. APA DE MURICI

Considerada a área de maior remanescente de Mata Atlântica ao norte do Rio São Francisco, com a presença de diversas espécies endêmicas em elevado grau de ameaça, esta região foi transformada em um APA por meio da Lei Estadual nº 5.907 de 14 de março de 1997. Com 116.100 ha esta Unidade de Conservação envolve no seu perímetro os Municípios de Messias, Murici, Branquinha, União dos Palmares, São José da Lage, Ibataguara, Joaquim Gomes, Colônia de Leopoldina e Flexeiras.

Esta unidade funciona como zona de amortecimento para a ESEC de Murici de jurisdição Federal.

Coordenadas Geográficas: 09°15'14" S e 35°47'59" W





12. APA DO PRATAGY

A APA do Pratagy, nos Municípios de Maceió, Messias e Rio Largo foi instituída pelo Decreto Estadual nº 37.589 de 05 de junho de 1998, para assegurar a preservação do manancial hídrico que abastece a cidade de Maceió. Sua área física é formada de 13.369 ha ao longo da bacia do rio de mesmo nome.

Neste local o Governo do Estado implantou a Estação Coletora e de Tratamento d'Água de onde saem as adutoras para o abastecimento da Capital.

A jusante da captação e já adentrando a periferia da capital o Pratagy começa a sofrer um intenso processo de degradação devido a proximidade de aglomerados de favelas existentes. O Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA vem desenvolvendo um trabalho de monitoramento do rio, visando minimizar esta situação.

Coordenadas Geográficas: 09°20'00" S e 35°38'00" W



13. RESERVA ECOLÓGICA DO SACO DA PEDRA

Trata-se da menor Unidade de Conservação do Estado, criada pelo Decreto nº 6.274 de 05 de junho de 1985, com apenas 5 ha de extensão, localizada no Município de Marechal Deodoro, entretanto de enorme importância devido a sua função de preservar a integridade de espécies migratórias que fazem pouso nesta restinga alagoana.

Estreita faixa de terra encravada entre o mar e a lagoa Mundaú sofre grande pressão do fluxo turístico devido a enorme beleza cênica. Este fato indica a necessidade de reenquadramento, conforme a Lei Federal nº 9.985. Ainda não houve desapropriação da área.

Coordenadas Geográficas: 09°38'00" S e 35°45'28" W





14. RESERVA ECOLÓGICA DA LAGOA DO ROTEIRO

Do mesmo modo que a R.E. do Saco da Pedra, a R.E. da Lagoa do Roteiro, com a vigência da Lei Federal nº 9.985 (Lei do SNUC), deverá ter a sua denominação alterada para Reserva Biológica da Lagoa do Roteiro.

Esta unidade, com 742 ha, foi criada pelo Decreto Estadual nº 32.355 de 03 de junho de 1987, com abrangência nos Municípios de Roteiro e Barra de São Miguel.

A principal atividade desenvolvida no local é a pesca artesanal que terá que ser disciplinada, de modo a assegurar a funcionalidade da Reserva.

Coordenadas Geográficas: 09°50'37" S e 35°56'32" W



15. PARQUE MUNICIPAL DE MACEIÓ

O Parque Municipal de Maceió é formado por uma área de 82 ha de mata contínua com a APP do IBAMA, perfazendo um espaço físico de mata urbana de 137 ha.

Criado pela Lei Municipal nº 2.541 de 27 de junho de 1993 o Parque Municipal de Maceió é uma área destinada ao lazer da população carecendo de completa instalação de infraestrutura, de estudos e de propagação de espécies nativas da Mata Atlântica.

No seu entorno, salvo aquele contíguo com o IBAMA, existem diversos aglomerados favelizados que exercem forte pressão sobre o Parque.

Coordenadas Geográficas: 09°37'01" S e 35°48'30" W





16. PARQUE MUNICIPAL MARINHO DE PARIPUEIRA

O Parque Municipal Marinho de Paripueira foi criado em junho de 1993, por meio da Lei Municipal nº 12, tendo uma abrangência de 3.200 ha, totalmente em ambiente marinho.

Esta unidade foi criada por interferência direta do IMA/AL e do Projeto Peixe-boi e visa principalmente a proteção deste mamífero marinho e os ambientes recifais onde ele habita. Procurando fortalecer este objetivo o Conselho Estadual de Preservação Ambiental – CEPRAM, editou a Resolução nº 04/96 que disciplina o uso de embarcações motorizadas na área e, cria os corredores de navegação para os barcos de pesca e a área destinada aos esportes náuticos.

Coordenadas Geográficas: 09°29'26" S e 35°33'44" W



17. APA MUNICIPAL DO POXIM

A APA Municipal do Poxim é a mais recente Unidade de Conservação do estado, foi criada em 12 de dezembro de 2002, pela Lei Municipal nº 928, no Município de Coruripe e visa a proteção e disciplinamento do uso do solo na área da foz do Poxim. Sua área é de 400 ha.

Esta área, atualmente preserva uma faixa muito grande de manguezal, adjacente a uma área remanescente de mata atlântica que se junta as áreas das Usinas Coruripe e Guaxuma, formando o grande complexo do sul do Estado. Seu espaço territorial abrange cerca de 400 ha e apresenta excepcional beleza cênica, o que torna a área bastante vulnerável à especulação imobiliária.

Coordenadas Geográficas: 10°04'53 "S e 36°03'91" W





18. RPPN DA FAZENDA VERA CRUZ

A RPPN da Fazenda Vera Cruz foi criada pela Portaria do IBAMA nº 068/92 de 25.07.92, com uma área de 115 ha e está localizada no Município de Chã Preta.

A RPPN da Fazenda Vera Cruz foi a primeira reserva particular reconhecida pelo IBAMA no Estado de Alagoas, constituindo-se em uma considerável amostragem da Mata Atlântica remanescente.

Seu proprietário é o Sr. Mauro T Vasconcelos.

Coordenadas Geográficas: 09°15'00" e 36°17'28" W



19. RPPN DA FAZENDA ROSA DO SOL

A RPPN da Fazenda Rosa do Sol foi criada pela Portaria do IBAMA nº 119/94 de 01.11.94, com uma área de 15 ha e está localizada no Município de Barra de São Miguel.

Situada na borda do Tabuleiro Costeiro de Alagoas, apresenta áreas de Mata Atlântica e de manguezal, proporcionando exuberante visão da Lagoa do Roteiro.

Seu proprietário é o Sr. Alfredo Durval Villela Cortez.

Coordenadas Geográficas: 09°50'18" S e 35°55'02" W





20. RPPN DA FAZENDA SÃO PEDRO

A RPPN da Fazenda São Pedro foi criada pela Portaria do IBAMA nº 12.95 de 08.02.95, com uma área de 50 ha, dos 119 ha que forma a propriedade e está localizada no Município de Pilar, a cerca de 46 Km de Maceió. Seu proprietário é o Francisco José Quintella.

A RPPN explora de maneira sustentável um programa de ecoturismo bastante interessante, composto de visita às áreas produtivas da propriedade onde se pode conhecer os processos de beneficiamento de frutas e hortaliças, produzidas de maneira orgânica e percorrer trilhas interpretativas que cruzam a Reserva e culmina com um banho de bica e almoço em um *self-service* na mata.

Coordenadas Geográficas: 09°33'49" S e 35°57'82" W



21. RPPN LULA LOBO I

A RPPN da Fazenda Lula Lobo foi criada pela Portaria do IBAMA nº 111/01 de 03.09.01, com uma área de 68,6 ha e está localizada no Município de Coruripe. Seu proprietário é a S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool. Esta RPPN destina-se à coleta de sementes para a recuperação das áreas degradadas da Usina, para programas de educação ambiental e para pesquisa científica, entretanto, por ser integrante do Sítio do Pau-Brasil, um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, poderá ser visitada como forma de Educação Ambiental, com visitas programadas.

Coordenadas Geográficas: 10°17'07" S e 36°21'07" W





22. RPPN FRANCISCO FERREIRA

A RPPN da Fazenda Francisco Pereira foi criada pela Portaria do IBAMA nº 113/01 de 03.09.01, com uma área de 290 ha e está localizada no Município de Coruripe. Seu proprietário é a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool. Esta RPPN também se destina à coleta de sementes para a recuperação das áreas degradadas da Usina e para pesquisa científica, entretanto por ser integrante do Sítio do Pau-Brasil, um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, poderá, com visitas programadas antecipadamente, ser visitada como forma de Educação Ambiental. Contatos com o setor de meio ambiente da usina.

Coordenadas Geográficas: 10°18'61" S e 36°21'07" W

23. RPPN DA FAZENDA SANTA TEREZA

A RPPN da Fazenda Santa Tereza foi criada pela Portaria do IBAMA nº 120/01 de 03.09.01, com uma área de 100 ha e está localizada no Município de Atalaia. Seu proprietário é o Dr João José Pereira Lyra, Presidente do Grupo JL. Esta RPPN destina-se à coleta de sementes para a recuperação das áreas degradadas da Usina e para pesquisa científica. É também um criatório conservacionista e fiel depositário do IBAMA. Por ser um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, poderá ser visitada como forma de Educação Ambiental. Contatos com o setor de meio ambiente da Usina.

Coordenadas Geográficas: 09°29'89" S e 35°58'96" W





24. RPPN DA RESERVA DO GULANDIM

A RPPN da Reserva do Gulandim foi criada pela Portaria do IBAMA nº 098/01 de 03.09.01, com uma área de 41 ha e está localizada no Município de Teotônio Vilela. Seus proprietários são as Usinas Reunidas Seresta S/A, de propriedade da família do falecido Senador Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas.

A área apresenta amostragem de Mata Atlântica em diversos estágios e oferece condições para o desenvolvimento do Programa Municipal de Educação Ambiental patrocinado pela Usina em parceria com a Prefeitura Municipal.

Coordenadas Geográficas: 09°57'62" S e 36°23'26" W



TEXTOS

Afranio Farias de Menezes – Médico Veterinário, Coordenador de Convênios do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, membro do Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na qualidade de Representante Governamental Nordeste do Bureau em segundo mandato e Coordenador do Comitê Estadual da RBMA.

Alberto Tenório Cavalcante – Engenheiro Florestal, técnico do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, membro do Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na qualidade de Suplente do representante do Estado de Alagoas.

Paulo César Casado Auto – Engenheiro Agrônomo, Diretor Técnico da Gerência Regional de Alagoas do IBAMA e membro do Comitê Estadual da RBMA.

FOTOS

As fotografias utilizadas neste caderno foram cedidas pelo acervo do IMA/AL, SETURES, IBAMA, Usinas, Iremar Bayma e Afranio Menezes.



BIBLIOGRAFIA

ASSIS, José Santino de. Biogeografia e Conservação da Biodiversidade – Projeções para Alagoas. Maceió. 2000. 200p.

AUTO, Paulo César Casado. Unidades de Conservação em Alagoas. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Maceió, 1988. 240 p.

BRASIL, Ibama. Coletânea da Legislação Federal do Meio Ambiente. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. 1992. 797 p.

BRASIL, Ibama. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Site do IBAMA.

DIAGNÓSTICO físico-conservacionista da bacia hidrográfica do rio Pratagy. Maceió: Projeto IMA/GTZ. 1993. 107 p.

GUIA do Meio Ambiente: Interior de Alagoas. Maceió: Projeto IMA/GTZ. 1993. 182 p.

GUIA do Meio Ambiente: Litoral de Alagoas. 3.ed. Maceió: Projeto IMA/GTZ. 1995. 182 p.

LIMA, Ivan Fernandes. Geografia de Alagoas. São Paulo: Editora do Brasil. 1965. 347 p.

MARINHO, Sérgio Túllio. Coletânea da Legislação Ambiental – Federal/Estadual. Maceió: Projeto IMA/GTZ. 1994. 253 p.